

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P.O. Box: 3243, Addis Ababa, Ethiopia, Tel.:(251-11) 551 38 22 Fax: (251-11) 551 93 21
Email: situationroom@africa-union.org

CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA

349ª REUNIÃO

14 DE DEZEMBRO DE 2012

ADIS ABEBA, ETIÓPIA

PSC/PR/2(CCCXLIX)

**RELATÓRIO DO PAINEL DE IMPLEMENTAÇÃO DE ALTO NÍVEL DA UNIÃO
AFRICANA PARA O SUDÃO E O SUDÃO DO SUL**

**RELATÓRIO DO PAINEL DE IMPLEMENTAÇÃO DE ALTO NÍVEL DA UNIÃO AFRICANA
PARA O SUDÃO E O SUDÃO DO SUL**

I. INTRODUÇÃO

1. Na sua 339ª reunião que teve lugar a 24 de Outubro de 2012, o Conselho de Paz e Segurança (CPS) da União Africana (UA) (CPS) analisou o Relatório Interino do Painel de Implementação de Alto Nível da UA sobre o Sudão e o Sudão do Sul (AUHIP), e emitiu um comunicado exortando ao Governo do Sudão e o Governo do Sudão do Sul para finalizarem as questões pendentes, dentro do prazo estipulado.

2. O AUHIP comprometeu ambos os Estados, a incentivar o diálogo directo e a comunicação entre si com vista a solucionar todas as questões pendentes identificadas pelo CPS. A este respeito, o Presidente Salva Kiir Mayardit fez um convite ao Presidente Omar Hassan Al Bashir, para uma Cimeira em Juba, com vista a debater várias questões, incluindo o estatuto final da Área de Abyei. O AUHIP presume que o Presidente Bashir aceitara este convite.

II. ABYEI

3. O Conselho solicitou as Partes para colaborarem entre si na base da Proposta do AUHIP de 21 de Setembro de 2012 sobre o Estatuto Final da Área de Abyei, com vista a alcançar um acordo dentro de seis meses.

4. Em 6 de Novembro de 2012, o Presidente do AUHIP endereçou uma carta ao Presidente Bashir e ao Presidente Kiir, exortando-os a implementarem até 20 de Junho de 2011, os Acordos Temporários para a Administração e Segurança da Área de Abyei ("Acordo Temporário de Abyei") e a se reunirem para debater o estatuto final da Área de Abyei na base da Proposta do AUHIP.

5. Nós lamentamos informar que as Partes ainda não puderam encontrar-se para debater quer a implementação do Acordo Temporário de Abyei, ou o estatuto final da Área de Abyei.

6. O facilitador da UA do Comité de Supervisão Conjunto de Abyei (AJOC) informou-nos que as várias tentativas para convocar o Comité falharam.

7. Na altura da elaboração deste relatório, o AJOC devia reunir-se de 12 a 13 de Dezembro de 2012.

8. Em 9 de Dezembro de 2012, o Presidente do AUHIP endereçou de novo uma carta a ambos os Presidentes para inteirar-se sobre os resultados da sua interacção relativamente à resolução do estatuto final da Área de Abyei a fim de informar o relatório do Painel ao CPS nesta matéria.

9. O Painel pressupõe que os dois Presidentes não estavam disponíveis para se encontrarem durante o período de seis semanas previsto pelo CPS.

III. FRONTEIRAS

10. O Conselho apelou as Partes para chegarem a um acordosobre o processo de negociações para a resolução do estatuto das Cinco Áreas Disputadas, bem como quaisquer outras Áreas Fronteiriças Reivindicadas. O Conselho endossou igualmente o Projecto dos Termosde Referência da Equipa de Peritos e exortou ambas as Partes a acordarem a cooperação necessária à Equipa.

11. O AUHIP encorajou as Partes, através dos seus principais negociadores,para solucionar a questão do processo para a negociação das Áreas Fronteiriças Disputadas e a questão pendente de 'Kaka'. Contudo, as Partes não se reuniram ainda para continuar as suas negociações nesta matéria.

12. Em 26 de Novembro de 2012, o AUHIP endereçou uma carta às Partes para informá-las sobre a prevista visita da Equipa de Peritos a Cartum e a Juba em Dezembro,com vista a interagir com as Partes tal como previsto na Decisão do CPS, e exortou as Partes para cooperarem com os Peritos.

13. Na altura da preparação deste relatório, ambas as partes acolheram favoravelmente a visita dos Peritos, e a Equipa já iniciou as suas interações com o Governo do Sudão em Cartum, devendo deslocar-se brevemente a Juba para se reunir com representantes do Governo do Sudão do Sul.

14. Todas as questões relacionadas com o processo para a resolução das questões fronteiriças pendentes são eminentemente solúveis, desde que as duas partes se empenhem em acordar-lhes a devida atenção. Deveriam ser incentivados a fazê-lo. Neste sentido, a cooperação das Partes' com a Equipa de Peritos é uma iniciativabem-vinda,que permitirá aos Peritos produzir uma opinião para prestar assistência ao processo de resolução das Cinco Áreas Disputadas.

IV. CONFLITO NO NILO AZUL E NOS ESTADOS DO KORDOFAN DO SUL

15. Nos parágrafos 17-19 do nosso relatório intercalar do Conselho para a sua 339ª reunião de 24 de Outubro de 2012, salientámos medidas tomadas para facilitar uma resolução deste conflito através de negociações políticas entre as Partes(o Governo do Sudão e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão do Norte (SPLM-N).Infelizmente, tal como informámos ao Conselho, as Partes não chegaram a um consenso sobre o encontro e como tal ainda não tomaram as principais medidas para encontrar uma solução politica. Nós informamos igualmente que, como consequência dos nossos compromissos bilaterais extensivos com cada Parte, apresentamos às Partes um Projecto de Acordo a 17 de Setembro, no espírito do Comunicado de 24 de Abril,o qual oferece bases para conversações directas com vista à resolução do conflito.

16. No seu comunicado, o Conselho apelou as Partes para se reunirem o mais breve possível, na base do Acordo-Quadro de 28 de Junho de 2011 sobre a *Parceria Política entre o NCP e o SPLMN*, tomando em conta o Projecto de Acordo do AUHIP de 17 de Setembro, para a *Resolução de Conflitos no Nilo Azul e nos Estados do Kordofan do Sul bem como Questões Relacionadas*.

17. O Conselho exortou ainda as Partes para acordarem sobre uma cessação imediata de hostilidades como principal prioridade durante as suas negociações directas.

18. Infelizmente, desde a reunião do CPS há cerca de sete semanas, o conflito armado nas Duas Áreas agravou. O combate em redor da cidade de Kadugli no Kordofan do Sul tem constituído grande fonte de preocupação. Esta escalada militar tem contribuído para um aumento de acusações e contra-acusações de ambas as partes.

19. O Painel continuou a envolver cada uma das Partes no conflito separadamente, com vista a colocar o processo no bom caminho. Contudo, apesar de terem manifestado vontade de interagir com o Painel, as Partes ainda não se comprometeram em negociações directas. As negociações face a face são necessárias para resolver este conflito.

20. A resolução desta questão tem sido dificultada pela insistência do Governo do Sudão alegando que o SPLM-Norte ainda recebe assistência militar do Governo da República do Sudão do Sul e por conseguinte o Sudão do Sul deve desintegrar-se completamente do SPLM-N antes de uma solução política ser alcançada. Por seu lado, o Sudão do Sul nega ter quaisquer laços militares com o SPLM-N.

21. Este impasse tem tido actualmente efeitos adversos sobre as negociações pendentes, e a implementação dos acordos alcançados em 27 de Setembro. Por exemplo, o Sudão pretende implementar o Acordo sobre Petróleo e Questões Económicas Relacionadas estando condicionado à implementação total dos Acordos de segurança entre os dois Estados, embora mantendo igualmente que os Acordos de segurança entre o Sudão e o Sudão do Sul podem ser apenas implementados quando houver desvinculação total do Sudão do Sul do SPLM-N.

22. Por sua vez, o SPLM-N afirma o seu desejo de reunir com o Governo do Sudão a fim de debater estas questões.

23. Em 10 de Outubro de 2012, o Painel apresentou às Partes uma proposta adicional para a resolução do conflito, para sua apreciação. O Governo do Sudão pediu mais tempo para analisar a proposta. Ambas as Partes solicitaram orientação do Painel sobre a melhor forma de procedimento. A apresentação da proposta de Outubro obrigou as Partes a debater as questões internamente, o que permitirá conduzi-las a um diálogo político.

24. O SPLM-N indicou igualmente que a sua relutância em debater um cessar-fogo humanitário está ligada a garantias em termos de segurança.

25. Tal como o Conselho reconheceu previamente, o Acordo Quadro do AUHIP de 28 de Junho de 2011 e a Proposta de 17 de Setembro de 2012 continuam a ser a base mais apropriada para o Governo do Sudão e o SPLM-Norte se comprometerem e por conseguinte nós propomos que eles servirão como a agenda e os princípios para negociações políticas.

V. SITUAÇÃO HUMANITÁRIA NO NILO AZUL E NO KORDOFAN DO SUL

26. No tocante à questão urgente de fornecer assistência humanitária às populações nas Duas Áreas, o Conselho reiterou o seu apelo às Partes para permitir e facilitar acesso humanitário imediato em conformidade com a Proposta Conjunta e o Memorando de Entendimento assinado pelas Partes em Agosto de 2012.

27. Infelizmente, desde a emissão da proposta conjunta tripartida para ter Acesso, Fornecimento e Distribuição de Ajuda Humanitária aos Civis Afectados pela Guerra nos Estados do Kordofan do Sul e do Nilo Azul em 9 de Fevereiro de 2012, a presumida distribuição de assistência à população afectada pela guerra não foi materializada.

28. Além disso, o Memorando de Entendimento assinado com o Governo do Sudão decorreu a 3 de Novembro de 2012. A Tripartida declarou a sua prontidão em facilitar o fornecimento e a distribuição de assistência humanitária imediata e aguarda que o Governo e o SPLM-N acordem sobre o Plano de Acção para Distribuição de Assistência que lhes foi submetido e para fornecer a disposição de segurança necessária. O processo, contudo, encontra-se num impasse, e os civis cercados pelo conflito continuam a sofrer as consequências da violência.

29. Provisoriamente, a Tripartida tem estado a preparar a logística necessária, monitores humanitários e pessoal de avaliação no terreno provenientes de vários estados africanos e da Liga Árabe para desdobramento imediato, logo que o Acordo final for alcançado nesta matéria. Contudo, a intensificação dos combates exacerbou a deterioração da situação humanitária existente, e por conseguinte apela para uma reunião urgente que alcançaria um Acordo com vista a facilitar a distribuição de ajuda humanitária aos civis afectados pelo conflito.

VI. OBSERVAÇÕES

30. Desde que o CPS se reuniu a 24 de Outubro de 2012, as negociações sobre questões pendentes, bem como a implementação dos Acordos de Setembro, têm sido impedidas pela questão chave do conflito nas Duas Áreas, que afectou o compromisso político entre os dois Estados. Contudo, a vontade dos dois Presidentes em reunir-se é positiva, e devem ser encorajados a fazê-lo com vista a abrir a via sobre todas as questões, incluindo aqueles relacionados com a Fronteira e a Área de Abyei.

31. Além disso, agora é evidente que uma resolução do conflito nas Duas Áreas é um pré-requisito indispensável para a normalização de relações entre o Sudão e o Sudão do Sul. O Painel defende que as negociações directas entre as Partes deste conflito deverão ser convocadas imediatamente com base no projecto de Acordo de 17 de Setembro.